

Declaração de Nova Déli sobre a Transformação Rural das Economias Emergentes

A parcela da sociedade que vive em zonas rurais no Brasil, na China, na Índia e na África do Sul, representa conjuntamente 25% da população mundial. Essas sociedades rurais estão passando por um processo de transformação em escala, velocidade, jamais vistos na história, com consequências que potencialmente afetarão a humanidade como um todo. O cenário no qual se dá tal transformação vem sendo agravado por algumas incertezas fundamentais, como a mudança climática, os efeitos da crescente escassez de terras e de reservas de água doce além dos efeitos das crises alimentar, energética e financeira. Somam-se a isso, as incertezas a respeito da sabedoria, empenho, e capacidade humana em engajar-se numa ação global coletiva que busque evitar uma conseqüente catástrofe. A transformação rural está no desenvolvimento humano não se limitando apenas ao desenvolvimento de outros tipos.

Esta rápida mudança de contexto tem colocado as populações rurais numa situação de extremo risco e vulnerabilidade. Concomitantemente, novas oportunidades estão surgindo, por exemplo, no campo da energia renovável, provisão de serviços ambientais e produção de alimentos.

O processo de mudança se torna ainda mais complexo para as novas gerações, dado o fato de que tais gerações carregam os ônus de heranças históricas. A pobreza, a desigualdade e a injustiça social, a dualidade da estrutura agrária, a falta de reconhecimento dos direitos e a marginalização social de uma grande parcela da população rural, incluindo-se aqui as mulheres e os povos tribais e indígenas, a falta de acesso à saúde, à educação e aos outros serviços básicos bem como a insuficiência dos investimentos públicos e privados, são exemplos dessas heranças.

Apesar do ônus histórico, as evidências que emergem das significativas conquistas alcançadas pelas economias emergentes são as bases que mantêm viva a esperança de um final de sucesso. Embora os resultados não tenham se dado de forma simétrica entre os países, nem entre as diferentes regiões nacionais, pode-se dizer que centenas de milhões de pessoas saíram da faixa da pobreza e a produção de alimentos cresceu muito desde as crises de fome do final dos anos 50 e início dos anos 60. A degradação dos recursos naturais e dos ecossistemas já não acontece no contexto da obscuridade e da impunidade. Centenas de milhares de pequenas e médias empresas estão sendo criadas e estão contribuindo de forma positiva para a economia global. Os telefones celulares já chegaram a quase todas as comunidades rurais e os jovens, de ambos os sexos, estão frequentando a escola em escala muito maior quando comparados com a geração de seus pais. Por fim, os governos têm prestado contas a sociedade de maneira sem precedentes e as sociedades civis estão mais ativas e dinâmicas do que nunca. O que as novas gerações das sociedades rurais nos países emergentes têm conseguido, é um feito jamais alcançado no mesmo período de tempo e escala por outras comunidades.

AGENDA

A visão sobre a transformação rural que concebemos se baseia no desenvolvimento humano, e não apenas no simples desenvolvimento dos ativos. Para que uma transformação desse tipo ocorra, foi definida uma agenda baseada em três pilares abaixo descritos.

- Massivos investimentos são necessários para que o desenvolvimento rural inclusivo, sustentável e diversificado ocorra.
- A necessidade de sistemas de governança, instituições e processos políticos apropriados.
- O aumento da eficiência e da efetividade dos programas e das políticas públicas.

A. Os principais imperativos que definem o núcleo central da nossa agenda estão definidos abaixo:

1. A redução da pobreza e desigualdades, não se limitando apenas parcela herdada das decisões políticas e estruturas sociais do passado, mas inclusive da parcela nova, dos hiatos e desigualdades que emergem a cada dia do próprio processo de mudança.
2. A garantia da adequada oferta de alimentos, intensificando o desenvolvimento agrícola e assegurando aos pequenos produtores e aos agricultores familiares as oportunidades e um papel relevante nas cadeias de valores nacionais e internacionais.
3. A criação de mais empregos e de melhor qualidade e a obtenção da auto-suficiência econômica das áreas rurais, incluindo aqui as cidades de pequeno e médio porte. A diversificação econômica é a principal força motora na geração de novos empregos. Concomitantemente, se reconhece que os mercados de trabalho rurais são notoriamente imperfeitos e representam um grande desafio que precisa ser urgentemente enfrentado.
4. O enfrentamento do problema da mudança climática e os desafios ambientais, por meio da potencialização dos serviços ambientais, do aproveitamento mais eficientes dos recursos naturais escassos, como por exemplo, a água e a terra, do incentivo a criação das fontes renováveis de energia que podem ser geradas exclusivamente pelas zonas rurais e o incentivo a criação de uma agenda verde que vise a geração de novos empregos e novas fontes de renda para a populações mais pobres.
5. O estímulo ao crescimento das cidades de pequeno e médio porte de economia rural e o fortalecimento dos laços das mesmas com as respectivas regiões de escoamento rural.
6. O manejo da sensível e complicada questão da migração rural-urbana.
7. A garantia do pleno acesso da população do campo, bem como a melhora nos padrões de qualidade dos serviços públicos básicos como educação, saúde, moradia e o provimento de água, energia, transporte e comunicação.
8. A promoção da reforma agrária e o desenvolvimento de um sistema de posses que equilibre os objetivos da equidade social e do crescimento econômico sustentável, que possa ser desenvolvido de maneira rápida, dado que os jovens e os indivíduos com maior nível de formação estão se dedicando às atividades não rurais ou migrando para áreas urbanas.
9. A garantia do amplo acesso aos serviços de crédito eficientes e sustentáveis, os quais possibilitam que os benefícios da transformação rural sejam aproveitados por completo. Isto requer a expansão significativa dos recursos financeiros e dos fundos, além do aumento da eficiência e da consistência institucional dos sistemas de crédito rural.
10. A promoção da inovação, da pesquisa e do desenvolvimento focados nas necessidades das famílias, produtores rurais e firmas ligadas ao setor, aproveitando de maneira muito melhor as oportunidades geradas a partir da revolução das TIC's.
11. A implementação de programas de apoio social, como a transferência de valores monetários, o pagamento de pensões, as garantias trabalhistas e a concessão de subsídios aos mais suscetíveis, que

visem garantir o mínimo de dignidade humana a todos os indivíduos rurais. Concomitantemente, é importante reafirmar que a erradicação da pobreza e inclusão social levarão a resultados muito melhores e mais sustentáveis no longo prazo se mantiverem o foco no desenvolvimento econômico inclusivo complementado, e não substituído, pelos programas de apoio social.

B. Nós aprendemos – frequentemente a duras e dispendiosas penas – que a agenda aqui proposta é simplesmente impossível de ser desenhada e implementada caso os investimentos massivos não sejam acompanhados por melhorias nos sistemas de governança, nas instituições e nos processos políticos e pela maior participação social. As mudanças no campo seriam simples se fossem apenas uma questão de implementação de projetos concretos e palpáveis e de aumento dos gastos, mas sabemos que esse não é o caso. Os desafios centrais da governança, das instituições e das políticas, estão listados abaixo:

1. A reconstrução social de um novo conceito “rural” do século XXI nos países em processo de intensa transformação. Políticas e programas não terão sucesso enquanto estiverem enraizados em conceitos que refletem a realidade de 20 ou 30 anos atrás, e que estão muito pouco relacionados com as características essenciais das sociedades rurais contemporâneas desses quatro países. Primeiramente, o termo “rural” não pode mais ser encarado como sinônimo “agricultura” ou de “produção de alimentos”. O termo rural abrange as várias áreas urbanas de pequeno e médio porte, os indivíduos rurais são muito mais do que os homens no controle das fazendas, e assim por diante. A visão do setor “agro-rural” do passado deve ser substituída por uma visão que incorpore as especificidades locais e reconheça as interconexões entre lugares no nível nacional e internacional. O desenvolvimento rural não sobrevive às margens do desenvolvimento urbano, pelo contrário, demanda investimentos em infraestrutura social e econômica necessários ao crescimento das economias de base rural.
2. O desafio da coordenação entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), entre os setores (agricultura, educação, saúde, meio ambiente, infraestrutura, e assim por diante) e entre o mercado, o estado e os atores da sociedade civil.
3. O desafio das parcerias público-privadas, especialmente quando o setor privado não esteja disponível ou disposto a fazer parcerias.
4. O grande desafio das regiões e dos grupos sociais mais desprovidos, como as áreas tribais, as regiões muito atrasadas, e as regiões de indigência rural.
5. O desafio contínuo da reformulação das relações de gênero com base na igualdade de direitos.
6. O desafio da construção da capacidade dos governos locais em prestar contas à sociedade.
7. O desafio do fortalecimento dos processos e das estruturas da sociedade civil para que as mesmas contribuam mais e sejam a força motora da transformação rural.

C. O terceiro pilar está relacionado com o fechamento do hiato entre os gastos e os resultados. Nossos países estão investindo enormes quantias de dinheiro público nas zonas rurais e obtendo ganhos sociais e econômicos na maioria das vezes. Porém, em alguns casos os resultados alcançados são desproporcionais aos esforços despendidos. É preciso melhorar nosso desempenho, buscando aumentar as oportunidades das sociedades rurais e criando uma base mais sólida de financiamento de investimentos futuros. As questões-chaves a serem respondidas são:

1. Como estabelecer as prioridades em países em intenso processo de mudanças?
2. Como alocar os recursos de forma mais eficiente e mais transparente?
3. Como melhorar nossas abordagens de direcionamento e controle social dos investimentos?
4. Como fortalecer os nossos sistemas de monitoramento e avaliação (M&A) e de aprendizagem, as pesquisas sobre o desenvolvimento rural e formular políticas adaptativas e baseadas em evidências?

AVANÇOS

Nós nos reunimos em Nova Déli convictos de que este seria o primeiro passo em direção a um processo regular e sistemático de aprendizagem e cooperação na abordagem interativa do tipo Sul-Sul. As delegações provenientes dos quatro países em questão acordaram sobre várias medidas que devem facilitar o desenvolvimento futuro desse processo. As medidas compreendem dois níveis de abordagem. O primeiro diz respeito o nível interministerial exercido através de canais oficiais apropriados, e o outro, diz respeito à continuidade do fórum aberto, com interessados de todos os tipos e informal que ocorreu em Nova Déli. Essas duas abordagens devem estar conectadas e se auto-apoiarem. Foi acordado também que em algum momento no futuro, além do Brasil, da China, da Índia e da África do Sul, esses processos deverão agregar outros países em desenvolvimento e a economias emergentes que tenham interesse na aprendizagem e colaboração interativa Sul-Sul com a finalidade de lhe dar melhor com os desafios locais e globais da transformação rural.

Conferência Internacional sobre a Dinâmica da Transformação Rural das Economias Emergentes
Nova Déli, Índia, 16 de abril de 2010
www.ruraltransformation.in